

No. 40209

**United Nations
and
Brazil**

**Arrangement for the implementation of actions in the field of public policies,
supplementary to the Agreement of 27 July 1984 between the Government of the
Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the
Brasilia office of the Economic Commission for Latin America and the
Caribbean. Brasilia, 22 December 2003**

Entry into force: 22 December 2003 by signature

Authentic text: Portuguese

Registration with the Secretariat of the United Nations: *ex officio*, 3 May 2004

**Organisation des Nations Unies
et
Brésil**

**Arrangement relatif à la mise en application de mesures en matière d'intérêt général,
complémentaire à l'Accord du 27 juillet 1984 entre le Gouvernement de la
République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au
fonctionnement du bureau de la Commission économique pour l'Amérique latine
et les Caraïbes à Brasilia. Brasilia, 22 décembre 2003**

Entrée en vigueur : 22 décembre 2003 par signature

Texte authentique : portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *d'office*, 3 mai 2004

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O FUNCIONAMENTO
NO BRASIL DO ESCRITÓRIO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA
LATINA E O CARIBE, DE 27 DE JULHO DE 1984, PARA IMPLEMENTAR
AÇÕES NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A República Federativa do Brasil

e

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

Que as relações de cooperação entre as Partes Contratantes têm sido fortalecidas ao amparo do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, e do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984;

Que é objetivo das Partes Contratantes assegurar a permanente busca de conhecimentos que propiciem o desenvolvimento econômico e social, de acordo com a política brasileira, em estreita sintonia com as prioridades nacionais;

Que a cooperação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para a viabilização de ações programáticas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social, se reveste de especial interesse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação conjunta entre as Partes Contratantes na referida área;

Ajustam o seguinte:

TÍTULO I
Do Objeto

ARTIGO 1º

O presente Ajuste Complementar tem por objeto a prestação de cooperação técnica pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ao Governo brasileiro na área de políticas públicas, com enfoque centrado no desenvolvimento econômico e social, destacando-se aspectos macroeconômicos, sociais, regionais e setoriais, por meio de pesquisa, treinamento de recursos humanos e outras modalidades de cooperação técnica, tais como seminários, simpósios, estágios e intercâmbio de técnicos.

TÍTULO II
Da Execução

ARTIGO 2º

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

1 - a Agência Brasileira de Cooperação, doravante denominada ABC, como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar e

2 - o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, doravante denominado IPEA, como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO 3º

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, doravante denominada CEPAL, designa o seu Escritório no Brasil como responsável pela qualidade do cumprimento do presente Ajuste Complementar.

TÍTULO III Da Operacionalização

ARTIGO 4º

Para a operacionalização do presente Ajuste Complementar, a ABC, o IPEA e a CEPAL desenvolverão, conjuntamente, no que lhes couber, as ações e atividades decorrentes deste Instrumento.

ARTIGO 5º

As ações e atividades desenvolvidas no âmbito do presente Ajuste Complementar, para atender ao seu objeto, serão delimitadas em Programas de Trabalho anuais, concebidos pelo IPEA e submetidos à ABC, que os encaminhará à CEPAL.

Parágrafo Primeiro: Os Programas de Trabalho anuais, mencionados no *caput* deste Artigo, terão de inscrever-se nos princípios gerais da cooperação técnica e deverão ser discutidos, previamente, para a circunscrição do objeto com a ABC/MRE, que por competência regimental, articula-os e negocia-os com órgãos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas e privadas.

Parágrafo Segundo: Os Programas de Trabalho anuais de que trata este Artigo poderão ser alvo de revisões periódicas, tanto no que concerne às

atividades para atingir ao objeto pactuado, quanto em relação ao orçamento estipulado para a consecução do mesmo.

Parágrafo Terceiro: As revisões periódicas deverão ser processadas por requerimentos administrativos, fundamentadas em justificativas técnicas, e poderão ser propostas pelo IPEA e pela CEPAL.

Parágrafo Quarto: O IPEA designará um Coordenador Nacional, que se responsabilizará pela proposição e coordenação das atividades do presente Ajuste Complementar.

TÍTULO 4 Das Obrigações das Partes

ARTIGO 6º

Ao Governo Brasileiro caberá:

1 - por intermédio da ABC/MRE,

- a) aprovar os Programas de Trabalho anuais;
- b) aprovar os relatórios finais da execução do presente Ajuste Complementar; e
- c) acompanhar as atividades no âmbito do presente Ajuste Complementar.

2 - por intermédio do IPEA:

- a) planejar a gestão e supervisão do andamento dos trabalhos, em seus aspectos técnico e administrativo;
- b) elaborar e acompanhar os Programas de Trabalho, analisando seus relatórios e prestações de contas;

- c) definir os produtos a serem alcançados para cada item do Programa de Trabalho, que serão qualificados por Termos de Referência e respaldados pelos recursos efetivamente liberados;
- d) analisar os Termos de Referência para cada um dos produtos a executar e, em consequência, indicar o perfil dos consultores a contratar, o tempo necessário para a sua realização e os técnicos da contraparte que participarão da elaboração do produto; e
- e) ceder espaço físico, na sede do IPEA, para viabilizar a execução das ações e atividades que serão realizadas com base no presente Ajuste Complementar.

Parágrafo Único: No cumprimento das responsabilidades estabelecidas nos itens “a”, “c” e “d” do item 2 deste Artigo, o IPEA manterá consultas com a CEPAL.

ARTIGO 7º

À CEPAL caberá:

- a) administrar os recursos que lhes serão repassados para implementação do presente Ajuste Complementar, de acordo com as disposições dos regulamentos administrativos, financeiros e de pessoal das Nações Unidas;
- b) cooperar com especialistas de seu quadro regular, segundo a disponibilidade do seu Programa, ou com consultores contratados, de acordo com as solicitações do IPEA, compatibilizadas as funções destes com as atividades e recursos definidos nos Programas de Trabalho e Termos de Referência para cada produto;
- c) participar do acompanhamento e da avaliação dos trabalhos executados;

- d) alocar 3 (três) técnicos internacionais de alto nível para a execução do presente Ajuste Complementar;
- e) viabilizar a participação de técnicos do Sistema CEPAL, quando prevista nos Programas de Trabalho;
- f) organizar ações de capacitação de recursos humanos;
- g) colaborar com o IPEA na elaboração dos Programas de Trabalho anuais;
- h) elaborar trimestralmente os Planos de Aplicação dos recursos, em conformidade com o Plano de Trabalho anual relativo ao presente Ajuste Complementar;
- i) organizar ações de capacitação de recursos humanos, estabelecidas em comum acordo com o IPEA;
- j) utilizar-se das facilidades de que dispõe como organismo internacional para a cooperação técnica recíproca, quando solicitada pelo IPEA;
- k) identificar e coordenar com o IPEA e ABC/MRE ações de cooperação técnica horizontal, que permitirão o conhecimento de experiências e metodologias desenvolvidas em outros países em temas relativos ao objeto do presente Ajuste Complementar;
- l) organizar as ações supra, por meio de missões de estudo, que contarão com pessoal designado pelo IPEA, e destinar-se-ão a países com os quais se estabeleçam programas nesse sentido, podendo constituir-se em missões de funcionários daqueles países para apoiar programas específicos, condicionadas à disponibilidade do pessoal técnico indicado;
- m) supervisionar o andamento dos trabalhos, em seus aspecto técnicos; e administrativos, e

- n) apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do término da vigência do presente Ajuste Complementar, um relatório final sobre o desenvolvimento de suas atividades, bem como avaliação dos resultados alcançados.

TÍTULO V

Dos Recursos Financeiros e da Prestação de Contas

ARTIGO 8º

Para execução do presente Ajuste Complementar, o IPEA se compromete a destinar à CEPAL, no período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2007, quantia de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), correspondendo a um valor anual de até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), a ser liberado trimestralmente, de acordo com os respectivos Planos de Aplicação.

Parágrafo Primeiro: A CEPAL transferirá os eventuais saldos financeiros remanescentes do Instrumento celebrado entre as Partes, encerrado em 31 de dezembro de 2003, para serem utilizados no presente Ajuste Complementar.

Parágrafo Segundo: Os recursos a que se refere o *caput* deste Artigo serão atendidos à conta do Programa: 2802120195-0107 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais, Elemento de Despesa: 347239 - Transferências a Organismos Internacionais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, do orçamento do IPEA, devendo as Notas de Empenho ser emitidas no início de cada exercício financeiro para a cobertura das despesas referentes ao período especificado neste Artigo.

Parágrafo Terceiro: O IPEA liberará em parcelas trimestrais os recursos relativos a cada exercício financeiro, em moeda nacional, mediante solicitação da CEPAL, após a aprovação pelo IPEA dos respectivos Planos de Aplicação, observado, de qualquer forma, o disposto no *caput* deste Artigo.

Parágrafo Quarto: A partir da 3º (terceira) parcela, inclusive, a liberação dos recursos ficará condicionada à comprovação dos gastos realizados pela CEPAL, referente à 1º (primeira) parcela liberada e assim sucessivamente.

Parágrafo Quinto: A participação financeira do IPEA destina-se também a fazer face aos gastos com atividades de suporte, necessárias à qualidade do cumprimento do presente Ajuste Complementar, de acordo com os Programas de Trabalho anuais e conforme explicitado nos Planos de Aplicação previamente aprovados.

Parágrafo Sexto: O saldo de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, durante a vigência deste Ajuste Complementar.

Parágrafo Sétimo: A contrapartida da CEPAL será aportada em consultoria, serviços técnicos e recursos financeiros, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da participação financeira do IPEA.

ARTIGO 9º

A CEPAL prestará contas ao IPEA dos recursos aplicados em razão do presente Ajuste Complementar, mediante relatórios técnico-financeiros, apresentados trimestralmente, com demonstração discriminada das despesas realizadas no período.

Parágrafo Único: A CEPAL obriga-se, ainda, a apresentar um relatório técnico-financeiro final até 60 (sessenta) dias, após o término de cada exercício financeiro e ao término da vigência do presente Ajuste Complementar, devendo constar a demonstração da aplicação dos recursos repassados pelo IPEA, bem como o comprovante da devolução do saldo não utilizado, salvo em caso de celebração de novo Instrumento entre as Partes.

TÍTULO VI
Dos Saldos Financeiros

ARTIGO 10

Ao término do presente Ajuste Complementar, os recursos remanescentes e os saldos financeiros serão restituídos ao IPEA, após serem pagas todas as obrigações assumidas.

TÍTULO VII
Do Pessoal

ARTIGO 11

A contratação de pessoal técnico e/ou especialistas para executar as atividades previstas no âmbito do presente Ajuste Complementar será realizada pela sede da CEPAL em Santiago do Chile e regida pelas disposições dos regulamentos administrativos, financeiros e de pessoal das Nações Unidas.

TÍTULO VIII
Da Auditoria

ARTIGO 12

Os Programas de Trabalho anuais desenvolvidos no contexto do presente Ajuste Complementar serão objeto de auditoria anual, ou sempre que uma das Partes achar necessário. Os órgãos de auditoria serão designados pelas Nações Unidas.

Parágrafo Único: A CEPAL disponibilizará ao IPEA cópia autenticada de todos os documentos pertinentes à execução do presente Ajuste Complementar, inclusive os referentes à prestação de contas, nos casos em que as disposições dos regulamentos administrativos e financeiros das Nações Unidas assim autorizem.

TÍTULO IX
Do Crédito à Participação

ARTIGO 13

As Partes obrigam-se, expressamente, a indicar uma e outra em toda a reprodução, publicação, divulgação e veiculação das ações e atividades, dos trabalhos e produtos advindos do presente Ajuste Complementar e a observar o devido crédito à participação de cada uma delas.

Parágrafo Único: Fica terminantemente vedado incluir, ou de qualquer forma fazer constar, na reprodução, publicação, divulgação ou veiculação das ações e atividades realizadas ao amparo do presente Ajuste Complementar e dos trabalhos e produtos advindos do mesmo, nomes, marcas, símbolos, logotipos, logomarcas, combinação de cores ou combinação de sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção individual ou de caráter comercial.

TÍTULO X
Da Modificação

ARTIGO 14

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado por assentimento das Partes.

Parágrafo Único: As modificações de que trata este Artigo, sempre de comum acordo, poderão ser propostas pelo Governo da República Federativa do Brasil, por intermédio da ABC ou do IPEA, e pela CEPAL.

TÍTULO XI
Da Denúncia

ARTIGO 15

O presente Ajuste Complementar poderá ser denunciado por qualquer das Partes por meio de notificação, feita com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, preservando-se, entretanto, a continuidade das ações em desenvolvimento.

Parágrafo Único: Havendo denúncia do presente Instrumento, a CEPAL deverá liquidar, até o 30º (trigésimo) dia útil após a data da rescisão, todos os compromissos assumidos no decorrer da sua execução e concluídos antes da referida rescisão, ficando estabelecido que os compromissos assumidos pela CEPAL e não pagos dentro do prazo mencionado no caput deste Artigo, não poderão ser imputados ao presente Ajuste Complementar e serão automaticamente convertidos em saldo deste e, como tal, deverão ser devolvidos ao IPEA naquela data.

TÍTULO XII
Da Vigência

ARTIGO 16

O presente Ajuste Complementar terá duração de 4 (quatro) anos, contado a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2007, podendo ser prorrogado por recondução expressa.

TÍTULO XIII
Das Imunidades e Privilégios

ARTIGO 17

O Governo da República Federativa do Brasil reconhece, em favor da CEPAL, os privilégios e imunidades que goza em virtude da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, de 11 de novembro de 1949.

TÍTULO XIV
Da Solução de Controvérsias

ARTIGO I8

As controvérsias surgidas na execução do presente Ajuste Complementar e que não possam ser dirimidas mediante negociações diretas entre as Partes Contratantes, serão resolvidas por Juízo Arbitral instituído pelas mesmas e custeado eqüitativamente.

TÍTULO XV
Das Disposições Gerais

ARTIGO I9

Para as questões não previstas no presente Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, e do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984.

Feito em Brasília, em 22 de dezembro de 2003, em dois exemplares originais, no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
José Antonio Gomes Pires
Diretor-Geral, substituto, da ABC

PELA COMISSÃO ECONÔMICA PARA
A AMÉRICA LATINA E O
CARIBE - CEPAL
Renato Baumann
Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ARRANGEMENT FOR THE IMPLEMENTATION OF ACTIONS IN THE FIELD OF PUBLIC POLICIES, SUPPLEMENTARY TO THE AGREEMENT OF 27 JULY 1984 BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS ON THE FUNCTIONING OF THE BRASÍLIA OFFICE OF THE ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

The Federative Republic of Brazil and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (hereafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering that:

The cooperation terms between the Contracting Parties have been strengthened to complement the Standard Agreement on technical assistance between Brazil and the United Nations Organization, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, of 29 December 1964, and the Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations Organization on the functioning of the Brasília office of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, of 27 July 1984;

The Contracting Parties aim to ensure continuous research for the promotion of economic and social development, in accordance with Brazilian policy and in close alignment with national priorities;

The technical cooperation of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean with a view to realizing programme activities centred on economic and social development is of special interest for the Contracting Parties;

It is appropriate to encourage joint cooperation between the Contracting Parties in the aforementioned field;

Have agreed as follows:

CHAPTER I. OBJECT

Article I

This Supplementary Arrangement is aimed at the provision of technical cooperation to the Brazilian Government by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean in the field of public policy, centred on economic and social development, in particular macroeconomic, social, regional and sectoral aspects, through research, training of human resources and other forms of technical cooperation such as seminars, symposiums, internships and exchanges of experts.

CHAPTER II. IMPLEMENTING AUTHORITIES

Article 2

The Government of the Federative Republic of Brazil shall appoint:

1. The Brazilian Cooperation Agency, hereinafter referred to as ABC, as the institution in charge of the coordination, supervision and evaluation of the activities resulting from this Supplementary Arrangement; and
2. The Institute of Applied Economic Research, hereinafter referred to as IPEA, as the institution in charge of implementing the activities resulting from this Supplementary Arrangement.

Article 3

The Economic Commission for Latin America and the Caribbean, hereinafter referred to as ECLAC, shall appoint its Office in Brazil as the agency responsible for monitoring the performance of this Supplementary Arrangement.

CHAPTER III. APPLICATION

Article 4

For the application of this Supplementary Arrangement, ABC, IPEA and ECLAC shall implement jointly, as appropriate, the activities and services resulting hereunder.

Article 5

For the purposes of this Supplementary Arrangement, the activities and services initiated hereunder shall be defined in annual work programmes to be devised by IPEA and submitted to ABC, which shall transmit them to ECLAC.

1. The annual work programmes referred to in the chapeau of this article shall fall within the general principles of technical cooperation. In order to define their objectives, they shall be discussed in advance with ABC and the Ministry of Foreign Affairs (MRE), the competent authority for the coordination and negotiation of such programmes with national, foreign and international organizations and institutions, both public and private.
2. The annual work programmes covered in this article may be subject to periodic revisions to adjust the activities to meet the agreed objectives or with regard to the budget allocated for their implementation.
3. The periodic revisions must be reviewed under the required administrative procedures and be justified on technical grounds. They may be proposed by IPEA or ECLAC.
4. IPEA shall appoint a national coordinator who shall be in charge of proposing and coordinating the activities under this Supplementary Arrangement.

CHAPTER IV. OBLIGATIONS OF THE PARTIES

Article 6

The Brazilian Government shall be responsible for:

1. Through ABC/MRE:
 - (a) Approving the annual work programmes;
 - (b) Approving the final performance reports under this Supplementary Arrangement;
 - (c) Implementing the activities within the scope of this Supplementary Arrangement.
2. Through IPEA:
 - (a) Planning, managing and supervising the technical and administrative aspects of the tasks;
 - (b) Elaborating and implementing the work programmes and analysing their reports and statements of expenditure;
 - (c) Determining the outputs to be achieved for each item of the work programme, as defined by the terms of reference and supported by available resources;
 - (d) Analysing the terms of reference for each output to be produced and, consequently, providing the profiles of the experts to be hired and indicating the appropriate time frame for the accomplishment of each output and for appointing counterpart experts who will participate in the realization of the output;
 - (e) Assigning premises within ECLAC headquarters to facilitate the implementation of the activities and services to be conducted under this Supplementary Arrangement.

Sole paragraph: In the implementation of the commitments set out in paragraph 2 (a), (c) and (d) of this article, IPEA shall consult with ECLAC.

Article 7

ECLAC shall be responsible for:

- (a) Administering the resources allocated to it for the performance of this Supplementary Arrangement, in accordance with the provisions of the administrative, financial and staff rules of the United Nations;
- (b) Providing members of its staff, as its programme requirements permit, or hired consultants in response to requests from IPEA, taking into account the compatibility of their expertise with the activities and resources defined in the work programmes and the terms of reference for each final output;
- (c) Participating in the monitoring and evaluation of the activities performed;
- (d) Assigning three high-level international experts to implement this Supplementary Arrangement;

- (e) Arranging for the participation of ECLAC system experts, when provided for in the work programmes;
- (f) Organizing human resources training activities;
- (g) Cooperating with IPEA in elaborating the annual work programmes;
- (h) Drawing up quarterly resource allocation plans in conformity with the annual work programme required under this Supplementary Arrangement;
- (i) Organizing activities, established in agreement with IPEA, to train human resources;
- (j) Using the facilities at its disposal as an international organization for mutual technical cooperation, when so requested by IPEA;
- (k) Identifying and coordinating with IPEA and ABC/MRE horizontal technical cooperation activities, which will allow the sharing of experiences and methodologies developed in other countries in areas relating to the object of this Supplementary Arrangement;
- (l) Organizing the above activities through fact-finding missions to be composed of personnel appointed by IPEA and sent to countries with which programmes of this type are to be established. Such missions could be composed of officials of those countries, in support of specific programmes, subject to the availability of the necessary technical personnel;
- (m) Supervising the progress of the technical and administrative aspects of the tasks;
- (n) Submitting, no later than 60 days from the expiration of this Supplementary Arrangement, a final report on the status of its activities and an evaluation of the results achieved.

CHAPTER V. FINANCIAL RESOURCES AND STATEMENT OF EXPENDITURES

Article 8

For the performance of this Supplementary Arrangement, IPEA undertakes to transfer to ECLAC, during the period from 1 January 2004 to 31 December 2007, an amount of up to R\$ 4,000,000.00 (four million reais), corresponding to an annual amount of up to R\$ 1,000,000.00 (one million reais), to be released in quarterly instalments in accordance with the respective implementation plans.

1. ECLAC shall transfer any financial balance remaining from the instrument signed by the parties, which expired on 31 December 2003, for use under this Supplementary Arrangement.

2. The resources referred to in the chapeau of this article shall be charged to the IPEA budget, under programme account No. 2802120195-0107 - Management of Participation in International Organizations, Disbursement Item No. 347239 - Transfers to International Organizations - Other Third-Party Services - Legal Personnel. Pledges must be issued at the beginning of each financial year to cover the disbursements relative to the period specified in this article.

3. At the request of ECLAC, IPEA shall release the resources for each fiscal year in quarterly instalments in the national currency, subject to approval of respective implementation by IPEA plans, in accordance with the provisions of the chapeau of this article.

4. Beginning with the third instalment, inclusive, the release of resources shall be subject to proof of expenditures made by ECLAC in connection with the first instalment released, the same procedure to be applied to successive releases.

5. Financial participation by IPEA shall also serve to meet the expenses of support activities necessary to monitor the performance of this Supplementary Arrangement, in accordance with the annual work programmes and specifically in conformity with implementation plans approved previously.

6. The balance from each fiscal year shall be carried forward to the following year during the life of this Supplementary Arrangement.

7. For its part, ECLAC shall provide consulting and technical services and financial resources equal to at least 50 per cent of the financial participation of IPEA.

Article 9

ECLAC shall report to IPEA on the resources allocated for the implementation of this Supplementary Arrangement through financial and technical reports, submitted quarterly, showing the breakdown of expenditures incurred during the period.

Sole paragraph: ECLAC shall also be responsible for submitting a final technical and financial report within 60 days of the close of each fiscal year and upon the expiration of this Supplementary Arrangement. ECLAC must provide a report showing the allocation of the resources provided by IPEA, as well as proof that the unused balance has been refunded, unless a new instrument is agreed by and between the Parties.

CHAPTER VI. FINANCIAL BALANCES

Article 10

At the end of this Supplementary Arrangement, any remaining resources and financial balances shall be refunded to IPEA once all financial obligations have been discharged.

CHAPTER VII. PERSONNEL

Article 11

The hiring of technical personnel and/or experts to carry out activities under this Supplementary Arrangement shall be conducted at ECLAC headquarters in Santiago, Chile. It shall be governed by the provisions of the administrative, financial and staff rules of the United Nations.

CHAPTER VIII. AUDITS

Article 12

The annual work programmes established in the context of this Supplementary Arrangement shall be subject to auditing on an annual basis or whenever one of the Parties shall deem it necessary. The auditing bodies shall be designated by the United Nations.

Sole paragraph: ECLAC shall make available to IPEA certified true copies of all documents relating to the performance of this Supplementary Arrangement, including those related to the statement of expenditures, where so authorized under the administrative and financial rules of the United Nations.

CHAPTER IX. CREDIT - PARTICIPATION

Article 13

The Parties expressly undertake to inform each other of any reproduction, publication, divulgation and dissemination of the activities, services, works and other products resulting from this Supplementary Arrangement, taking into account the credit due to the participation of each Contracting Party.

Sole paragraph: It is categorically forbidden to include, or to show in any way, through reproduction, publication, divulgation or dissemination of the activities and services resulting from this Supplementary Arrangement and the works and other products resulting from their names, marks, symbols, logotypes, logomarks, arrangements of colours and signals or images which represent or may represent personal or commercial advertisement..

CHAPTER X. AMENDMENT

Article 14

This Supplementary Arrangement may be amended by consent of the Parties,

Sole paragraph: Amendments under this article, always by mutual agreement, may be proposed by the Government of the Federative Republic of Brazil through ABC or IPEA, and by ECLAC.

CHAPTER XI. TERMINATION

Article 15

This Supplementary Arrangement may be terminated by any of the Parties through notification with a minimum notice of 180 days, during which time activities already in progress shall continue.

Sole paragraph: In the event of termination of this instrument, ECLAC shall fulfil, up to the thirtieth day following the date of rescission, all commitments still in progress which

were undertaken and completed before the aforementioned rescission. It is hereby established that the commitments undertaken by ECLAC and not paid within the period mentioned in the chapeau of this article shall not be payable under this Supplementary Arrangement and shall be automatically converted into the balance thereof and, as such, re-funded to IPEA on that date.

CHAPTER XII. DURATION

Article 16

The duration of this Supplementary Arrangement shall be four years, from 1 January 2004 to 31 December 2007. It may be extended by express renewal.

CHAPTER XIII. PRIVILEGES AND IMMUNITIES

Article 17

The Government of the Federative Republic of Brazil shall grant to ECLAC the privileges and immunities that it enjoys under the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations of 11 November 1949.

CHAPTER XIV. SETTLEMENT OF DISPUTES

Article 18

Disputes arising in the performance of this Supplementary Arrangement that cannot be settled through direct negotiations between the Contracting Parties shall be settled by arbitration proceedings instituted by them with equitable sharing of the costs.

CHAPTER XV. GENERAL PROVISIONS

Article 19

In respect of questions not provided for under this Supplementary Arrangement, the provisions of the Standard Agreement on Technical Assistance between Brazil and the United Nations Organization, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, of 29 December 1964, and the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the United Nations Organization on the functioning of the Brasilia office of the Economic Commission for Latin America, of 27 July 1984, shall apply.

DONE at Brasília, on 22 December 2003, in duplicate, in the Portuguese language,
both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ ANTONIO GOMES PIRES
Acting Director-General, ABC

For the Economic Commission
for Latin America and the Caribbean (ECLAC):

RENATO BAUMANN
Chief, ECLAC Office in Brazil

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ARRANGEMENT RELATIF À LA MISE EN APPLICATION DE MESURES
EN MATIÈRE D'INTÉRÊT GÉNÉRAL, COMPLÉMENTAIRE À
L'ACCORD DU 27 JUILLET 1984 ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES
NATIONS UNIES RELATIF AU FONCTIONNEMENT DU BUREAU DE
LA COMMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'AMÉRIQUE LATINE ET LES
CARAÏBES À BRASÍLIA

La République fédérative du Brésil et la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes (ci-après dénommées les "Parties contractantes"),

Considérant que:

Les termes de la coopération entre les Parties contractantes ont été renforcés pour compléter l'Accord type relatif à l'assistance technique entre le Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses institutions spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique, du 29 décembre 1964, et l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au fonctionnement du bureau de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes à Brasília, du 27 juillet 1984;

Les Parties contractantes veulent assurer la poursuite de la recherche pour la promotion du développement économique et social, conformément à la politique brésilienne et en étroite synchronisation avec les priorités nationales;

La coopération technique de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes, en vue d'exécuter les activités des programmes axés sur le développement économique et social présente un intérêt particulier pour les Parties contractantes;

Il est approprié d'encourager la coopération entre les Parties contractantes dans le domaine mentionné ci-dessus;

Sont convenues de ce qui suit:

CHAPITRE PREMIER. OBJET

Article premier

Le présent Arrangement complémentaire porte sur l'octroi d'une coopération technique au Gouvernement brésilien, fournie par la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes dans le domaine des politiques publiques axées sur le développement économique et social et notamment sur les aspects macroéconomiques, sociaux, régionaux et sectoriels, grâce à la recherche, à la formation de ressources humaines et à d'autres formes de coopération technique telles que séminaires, colloques, bourses et échanges d'experts.

CHAPITRE II. ORGANISMES CHARGÉS DE L'EXÉCUTION

Article 2

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne:

1. l'Agence brésilienne de coopération, ci-après dénommée "ABC", comme l'institution chargée de la coordination, de la supervision et de l'évaluation des activités entreprises au titre du présent Arrangement complémentaire; et
2. l'Institut de recherche économique appliquée, ci-après dénommé "IPEA", comme l'institution chargée d'exécuter les activités entreprises au titre du présent Arrangement complémentaire.

Article 3

La Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes, ci-après dénommée "CEPALC", désigne son bureau du Brésil comme l'organisme chargé de surveiller l'exécution du présent Arrangement complémentaire.

CHAPITRE III. APPLICATION

Article 4

Pour l'application du présent Arrangement complémentaire, l'ABC, l'APIA et la CEPALC exécutent conjointement, selon les besoins, les activités et fournissent les services mentionnés ci-dessous.

Article 5

Aux fins du présent Arrangement complémentaire, les activités et les services énumérés ci-après seront définis dans des programmes annuels de travail, qui seront élaborés par l'IPEA et soumis à l'ABC, qui les transmettra à la CEPALC.

1. Les programmes annuels de travail mentionnés au début du présent article relèvent des principes généraux de la coopération technique. En vue de définir leurs objectifs, ils seront examinés au préalable avec l'ABC et le Ministère des Affaires étrangères (MAE), l'autorité chargée de la coordination et de la négociation de ces programmes avec les organisations et institutions étrangères et internationales, tant publiques que privées.

2. Les programmes annuels de travail traités dans le présent article peuvent faire l'objet de réexamens périodiques de façon à ajuster les activités afin d'atteindre les objectifs convenus ou compte tenu du budget alloué pour leur mise en oeuvre.

3. Les révisions périodiques doivent être entreprises selon les procédures administratives en vigueur et justifiées par des raisons techniques. Elles peuvent être proposées par l'IPEA ou la CEPALC.

4. L'IPEA désigne un coordinateur national qui sera chargé de proposer et de coordonner les activités entreprises au titre du présent Arrangement complémentaire.

CHAPITRE IV. OBLIGATIONS DES PARTIES

Article 6

1. Par l'intermédiaire de l'ABC/MAE, le Gouvernement brésilien:
 - a) approuve les programmes annuels de travail;
 - b) approuve les rapports d'évaluation définitifs, rédigés au titre du présent Arrangement complémentaire;
 - c) met en oeuvre les activités relevant du présent Arrangement complémentaire.
2. Par l'intermédiaire de l'IPEA, il:
 - a) assure la planification, la gestion et le contrôle des aspects techniques et administratifs des tâches;
 - b) élaboré et met en oeuvre les programmes de travail et analyse les rapports et les états de dépenses;
 - c) détermine les objectifs à atteindre pour chaque volet du programme de travail, tels que définis par les clauses et conditions adoptées et par les ressources disponibles;
 - d) analyse les clauses et conditions pour chaque résultat à atteindre et, par la suite, met au point les profils des experts à engager et indique le calendrier adéquat pour la mise en oeuvre de chaque objectif et pour la nomination d'experts de contrepartie qui y participeront;
 - e) affecte des locaux spéciaux au sein du siège de la CEPALC pour faciliter l'exécution des activités et des services à entreprendre au titre du présent Arrangement complémentaire.

Paragraphe unique: Pour la mise en oeuvre des engagements énumérés dans les alinéas a), c) et d) du paragraphe 2 du présent article, l'IPEA consulte la CEPALC.

Article 7

La CEPALC:

- a) gère les ressources affectées à l'exécution du présent Arrangement complémentaire, conformément au Règlement du personnel et aux Règles de gestion administrative et financière des Nations Unies;
- b) détache des membres de son personnel, dans la mesure où les besoins de son programme le permettent, ou engage des consultants pour donner suite aux demandes formulées par l'IPEA, en s'assurant de la compatibilité de leur expérience avec les activités et les ressources définies dans les programmes de travail et les clauses et conditions pour chaque résultat définitif;
- c) participe à la surveillance et à l'évaluation des activités accomplies;
- d) affecte trois experts internationaux de haut niveau pour mettre en oeuvre le présent Arrangement complémentaire;

- e) prend les dispositions nécessaires pour assurer la participation d'experts de la CEPALC lorsque celle-ci est prévue dans les programmes de travail;
- f) organise la formation des ressources humaines;
- g) coopère avec l'IPEA pour élaborer des programmes annuels de travail;
- h) établit sur une base trimestrielle les prévisions budgétaires, conformément au programme annuel de travail, comme prévu dans le présent Arrangement complémentaire;
- i) organise les activités définies en accord avec l'IPEA pour former les ressources humaines;
- j) fait appel aux moyens mis à sa disposition en tant qu'organisation internationale pour la coopération technique mutuelle, à la demande de l'IPEA;
- k) détermine et coordonne avec l'IPEA et l'ABC/MAE les activités horizontales de coopération technique, qui permettront de partager les résultats d'expériences et les méthodologies d'autres pays dans des secteurs liés aux objectifs du présent Arrangement complémentaire;
- l) organise les activités ci-dessus grâce à des missions d'enquête composées de personnel désigné par l'IPEA et envoyé dans les pays avec lesquels des programmes de ce type doivent être élaborés. Ces missions pourraient être composées de fonctionnaires desdits pays, pour renforcer des programmes spécifiques, sous réserve des disponibilités du point de vue du personnel technique nécessaire;
- m) surveille l'évolution des aspects techniques et administratifs des tâches;
- n) présente, au plus tard 60 jours après l'expiration du présent Arrangement complémentaire, un rapport définitif sur la situation de ses activités et les résultats obtenus.

CHAPITRE V. RESSOURCES FINANCIÈRES ET ÉTAT DES DÉPENSES

Article 8

Pour l'exécution du présent Arrangement complémentaire, l'IPEA s'engage à transférer à la CEPALC, pendant la période courant du 1er janvier 2004 au 31 décembre 2007, un montant atteignant 4 000 000,00 de R\$ (quatre millions de reais), correspondant à un montant annuel de 1 000 000,00 de RSS (un million de reais), qui seront mis à sa disposition par des versements trimestriels, conformément aux différents plans d'exécution.

I. La CEPALC transfère le solde financier de l'instrument signé par les Parties, qui a expiré le 31 décembre 2003, qui sera utilisé au titre du présent Arrangement complémentaire.

2. Les ressources mentionnées au début du présent article seront débitées sur le budget de l'IPEA, sous le compte du programme n° 2802I20195-0107 - Gestion de la participation des organisations internationales, numéro du décaissement 347239 - Transferts aux organisations internationales - Autres services de tierces parties - Personnel juridique. Les

contributions doivent être émises au début de chaque année financière pour couvrir les décaissements relatifs à la période spécifiée dans le présent article.

3. À la demande de la CEPALC, l'IPEA verse les ressources correspondant à chaque année fiscale, tous les trimestres dans la devise nationale, sous réserve de l'approbation des différents plans d'exécution par l'IPEA, conformément aux dispositions mentionnées au début du présent article.

4. À partir du troisième versement inclus, la mise à disposition des ressources est soumise à la vérification des dépenses faites par la CEPALC, pour ce qui est du premier versement effectué, la même procédure devant être appliquée aux versements suivants.

5. La participation financière de l'IPEA permet également de couvrir les dépenses des activités de soutien nécessaires pour suivre la réalisation du présent Arrangement complémentaire, conformément aux programmes annuels de travail, et plus particulièrement en conformité avec les plans de mise en oeuvre approuvés précédemment.

6. Le solde de chaque année fiscale est reporté sur l'année suivante pendant la durée d'exécution du présent Arrangement complémentaire.

7. Pour sa part, la CEPALC fournit des services consultatifs et techniques et des ressources financières atteignant 50 pour cent au moins de la participation financière de l'IPEA.

Article 9

La CEPALC rend compte à l'IPEA de l'utilisation des ressources affectées à la mise en oeuvre du présent Arrangement complémentaire, par le biais de rapports financiers et techniques, présentés tous les trimestres, et qui montrent la répartition des dépenses engagées pendant la période en question.

Paragraphe unique: La CEPALC est également chargée de présenter un rapport définitif, technique et financier dans les 60 jours qui suivent la fin de chaque année fiscale et à l'expiration du présent Arrangement complémentaire. La CEPALC doit fournir un rapport montrant l'affectation des ressources fournies par l'IPEA, ainsi que la preuve que le solde non utilisé a été reversé, à moins qu'un nouvel instrument soit convenu par les Parties et entre elles.

CHAPITRE VI. SOLDES FINANCIERS

Article 10

À la fin de l'exécution du présent Arrangement complémentaire, les ressources restantes et les soldes financiers sont reversés à l'IPEA, une fois que toutes les obligations financières ont été remplies.

CHAPITRE VII. PERSONNEL

Article 11

Le recrutement de personnel technique et/ou d'experts chargés d'exécuter les activités entreprises au titre du présent Arrangement complémentaire est entrepris au siège de la CEPALC à Santiago (Chili). Il est régi par les dispositions du Règlement du personnel et des Règles de gestion administrative et financière des Nations Unies.

CHAPITRE VIII. VÉRIFICATION DES COMPTES

Article 12

Les programmes annuels de travail, établis dans le contexte du présent Arrangement complémentaire, sont soumis à un contrôle annuel ou chaque fois qu'une des Parties l'estime nécessaire. Les organismes de vérification des comptes sont nommés par les Nations Unies.

Paragraphe unique: La CEPALC met à la disposition de l'IPEA des copies certifiées exactes de tous les documents liés à l'exécution du présent Arrangement complémentaire, y compris ceux concernant l'état des dépenses lorsque les règles administratives et financières des Nations Unies l'autorisent.

CHAPITRE IX. CRÉDIT - PARTICIPATION

Article 13

Les Parties s'engagent formellement à s'informer de toute reproduction, publication, divulgation et diffusion des activités, services, travaux et autres produits résultant du présent Arrangement complémentaire, en tenant compte du crédit dû à la participation de chaque Partie contractante.

Paragraphe unique: Il est rigoureusement interdit d'inclure ou de faire paraître, de quelque façon que ce soit, par reproduction, publication, divulgation ou diffusion, des activités et services résultant du présent Arrangement complémentaire et des ouvrages et autres produits résultant de leurs noms, marques, symboles, sigles, logos, arrangements de couleurs et autres, qui représentent ou peuvent représenter une publicité personnelle ou commerciale.

CHAPITRE X. AMENDEMENTS

Article 14

Le présent Arrangement complémentaire peut être modifié par consentement des Parties.

Paragraphe unique: Des amendements, au titre du présent article, toujours apportés après accord mutuel, peuvent être proposés par le Gouvernement de la République fédérative du Brésil par l'intermédiaire de l'ABC ou de l'IPEA, et par la CEPALC.

CHAPITRE XI. DÉNONCIATION

Article 15

Le présent Arrangement complémentaire peut être dénoncé par n'importe quelle Partie, avec un préavis minimum de 180 jours, période pendant laquelle les activités déjà entreprises sont poursuivies.

Paragraphe unique: En cas de dénonciation du présent instrument, la CEPALC remplit jusqu'au trentième jour qui suit la date de la résiliation, tous les engagements encore en cours, entrepris et achevés avant l'annulation mentionnée ci-dessus. Il est entendu que les engagements, pris par la CEPALC et non réglés au cours de la période mentionnée au début du présent article, ne sont pas payables au titre du présent Arrangement complémentaire, sont automatiquement transformés en soldes et, en tant que tels, sont remboursés à l'IPEA à la date indiquée.

CHAPITRE XII. DURÉE

Article 16

Le présent Arrangement complémentaire est valide pendant quatre ans, du 1er janvier 2004 au 31 décembre 2007. Il peut être prorogé par reconduction formelle.

CHAPITRE XIII. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS

Article 17

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil accorde à la CEPALC les priviléges et immunités dont elle jouit au titre de la Convention sur les priviléges et immunités des Nations Unies, signée à New York le 11 novembre 1949.

CHAPITRE XIV. RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Article 18

Les différends, qui surviennent au cours de l'exécution du présent Arrangement complémentaire et qui ne peuvent être réglés par des négociations directes entre les Parties contractantes, sont soumis à une procédure d'arbitrage instituée par lesdites Parties, les coûts étant équitablement partagés.

CHAPITRE XV. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 19

En ce qui concerne les questions qui ne sont pas abordées dans le présent Arrangement complémentaire, les dispositions de l'Accord type sur l'assistance technique entre le Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses institutions spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique, du 29 décembre 1964, et l'Accord entre la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au fonctionnement du Bureau au Brésil de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes, du 27 juillet 1984 s'appliquent.

FAIT à Brasília le 22 décembre 2003, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil:
Le Directeur général par intérim de l'ABC,
JOSÉ ANTONIO GOMES PIRES

Pour la Commission économique pour l'Amérique
latine et les Caraïbes (CEPALC):
Le Chef du Bureau de la CEPALC au Brésil,
RENATO BAUMANN

